

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.333 - MA
(2019/0187907-1)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : FRANCISCA FRANCO DA ROCHA
ADVOGADO : CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA - MA006274
AGRAVADO : CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)
ADVOGADOS : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO - SC012049
GABRIEL GARCIA MAES - SC015257

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por FRANCISCA FRANCO DA ROCHA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DANOS AMBIENTAIS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO FEITO. PRECEDENTE RECENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA ADOÇÃO DA TEORIA DA ACTIO NATA. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. UNANIMIDADE. (...)" (fls. 736-737 e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados à fl. 754 (e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 206, § 3º, V, do Código Civil.

Contrarrazões apresentadas às fls. 843-875 (e-STJ).

Não admitido o recurso na origem, interpôs-se agravo em recurso especial.

Contraminuta às fls. 981-999 (e-STJ).

A Presidência desta Corte não conheceu do agravo em virtude da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial na origem.

É o relatório.

DECIDO

A matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ.

Há, inclusive, decisão da Ministra Assusete Magalhães nestes autos às fls. 722-726 (e-STJ).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de

Superior Tribunal de Justiça

Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito à integrante da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator